

# **Construindo a economia solidária Experiência participativa na formulação da política pública para o estado de Mato Grosso.**

Laudemir Luiz Zart y Leda Gitahy.

Cita: Laudemir Luiz Zart y Leda Gitahy (2009). *Construindo a economia solidária Experiência participativa na formulação da política pública para o estado de Mato Grosso. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <http://www.aacademica.com/000-062/1395>

# **Construindo a economia solidária**

## **Experiência participativa na formulação da política pública para o estado de Mato Grosso.**

### **Laudemir Luiz Zart**

*Professor da UNEMAT*

*Mestre em Sociologia Política – UFSC*

*Doutorando no Departamento de Política  
Científica e Tecnológica IG/UNICAMP*

*Bolsista da FAPEMAT*

*– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.*

*laudemirzart13@yahoo.com.br.*

### **Leda Gitahy**

*Professora Doutora do Departamento de*

*Política Científica e Tecnológica IG/UNICAMP*

*Instituto de Geociências / UNICAMP*

*leda@ige.unicamp.br*

## **Do contexto geral**

O objetivo do texto é interpretar o sentido atribuído à economia solidária, suas necessidades e possibilidades pelos participantes em discussões públicas. O trabalho está baseado na análise das gravações de quatro audiências públicas. Não faremos a transcrição direta das falas, mas apresentaremos o sentido contextual, relevando a importância das posições dos atores sociais que possuem uma ação-militante e integrada com os

trabalhadores e as trabalhadoras para a formulação da política pública em economia solidária. Partimos do pressuposto epistemológico que é no campo da práxis participativa e inserida que percebemos não somente as desigualdades sociais, mas que se compreende o sentido das iniciativas sociopolíticas para a transformação social das condições reais em termos econômicos, culturais, educacionais e políticos que são vivenciadas pelos grupos sociais subalternizados.

Manifestaram-se nas audiências públicas representantes de empreendimentos econômicos solidários, universidades, gestores públicos, lideranças políticas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicais para a elaboração da lei estadual de economia solidária do Estado de Mato Grosso. As dimensões discutidas pelos participantes envolveram as temáticas da educação e formação, gestão, assistência técnica, crédito, produção e comercialização, geração de trabalho e renda.

As audiências públicas, convocadas pela Assembléia Legislativa<sup>i</sup>, resultam do processo de discussão iniciado em 2003 pelo PIESES (Programa Institucional de Educação e Socioeconomia Solidária da Universidade do Estado de Mato Grosso), pela REMSOL (Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária) no I EMESOL (Encontro Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária) realizado em Cáceres. Houve neste momento o debate sobre a necessidade da implantação de uma política pública estadual para a promoção, fomento e desenvolvimento da economia solidária no Estado.

As audiências públicas são espaços democráticos que possibilitam a participação dos sujeitos sociais na configuração das políticas públicas. No caso da apresentação e discussão da lei de economia solidária tivemos a inserção de militantes, educadores, assessorias e gestores que levantaram questões relativas aos contextos que constituem as relações sociais que engendram as práticas e as concepções da economia solidária.

---

<sup>i</sup> As audiências foram concebidas com o objetivo da mobilização dos agentes do movimento da economia solidária. Foram requeridas pelo deputado estadual Alexandre César do Partido dos Trabalhadores proponente da lei na Assembléia legislativa no Estado de Mato Grosso. As audiências públicas foram realizadas no transcorrer de 2007 nos municípios de Cáceres, Tangará da Serra, Sinop e Cuiabá. A lei estadual foi sancionada e tem no número 8.936 sua identificação, datada em 17 de julho de 2008 e divulgada no D.O. em 17.07.08.

## **Do sentido da economia solidária**

Destacamos a assertiva que aparece no conjunto das falas, de que a economia solidária propõe o desenvolvimento<sup>ii</sup> integral da sociedade e do ser humano e é uma construção coletiva que organiza ações efetivas daqueles que historicamente foram marginalizados. Ela é uma economia que pensa e pratica a organização, a participação e a democratização das relações societais.

É por isso que ela tem uma relação muito forte com a ética e com perspectivas filosóficas que são problematizadoras das visões de mundo que configuram os valores e as atitudes cotidianas dos grupos sociais. Portanto a economia solidária representa uma retomada em termos teóricos e práticos dos princípios éticos da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade, valores estes entendidos como processo de questionamento do modo de produção dominante. Trata-se de uma inversão dos valores que orientam o sistema econômico e sociocultural hegemônico, baseados no consumismo, individualismo e competitivismo.

O conceito central passa a ser a vida e não mais o mercado. O mercado é afirmado como um meio, um instrumento que serve para a troca de produtos e o intercâmbio de experiências. A economia solidária é a afirmação da centralidade da vida, porque ela traduz a solidariedade como maneira de interrelacionamentos das diversas formas de vida, além da humana, dos animais, dos vegetais, dos rios, da terra. Daí o significado profundo da correlação com a ecologia, porque ilustra a interdependência e a coexistência de diversos sistemas de organizações societais, que estão além do empoderamento restrito de determinados grupos econômicos.

É no contexto da transformação dos valores que se destaca a importância da educação. Aceitamos a ideia fundante que cada sistema socioeconômico tem a sua educação. Desta forma a formação social e econômica que se embasa no capital tem um

---

<sup>ii</sup> Absorvemos o conceito de desenvolvimento em conformidade com o significado apresentado por Arroyo e Schuch (2006) que o diferenciam do conceito de crescimento. O desenvolvimento vai além das estatísticas relacionadas ao crescimento dos dados do produto interno bruto e engloba “uma dimensão qualitativa, que incorpora investimentos em serviços públicos como educação, saúde e segurança, melhorando a qualidade de vida em seus mais diversos aspectos de conforto material, social, cultural e até espiritual”(p. 42).

estilo educacional que lhe é própria e representa a cultura requerida por este modo de vida, direcionada para a cultura do indivíduo como sujeito que se afirma como ente extraordinário que é por si e em si a razão do sucesso ou o motivo do fracasso. Assim as metodologias de aprendizagem se centram no indivíduo.

A educação solidária inverte esta lógica cognitiva e terá nas relações intersubjetivas e na cooperação entre os sujeitos identificados nos grupos a perspectiva da construção de conhecimentos valorativos da coletividade. O indivíduo não é mais um sujeito extraordinário, mas um *indivíduo social* que se faz na relação e ao se fazer constrói as condições reais da existência.

Para isso a economia solidária demanda concepções e estilos de fazer ciência e tecnologia diferentes. As ciências modernas embasaram as relações de produção da indústria moderna, fundamentadas nos processos inovadores das empresas de capital para o monopólio dos mercados e da concorrência com os competidores no sistema de mercado e a conquista da preferência dos consumidores.

Para a economia solidária são necessárias estratégias de pesquisa científica e tecnológica diferenciadas que atendam as possibilidades da geração de conhecimentos que correspondam aos valores e as práticas sociais solidárias<sup>iii</sup>. As estratégias da ciência para os empreendimentos econômicos solidários devem estar focadas nas possibilidades de aprendizagens que viabilizem o desenvolvimento das atividades econômicas, culturais, educacionais, que configuram as relações da economia solidária. Neste sentido a ciência e a tecnologia são resultantes de processos sociocognitivos participantes em que há uma correlação de responsabilidades na definição, na produção e na difusão social do conhecimento. A produção do conhecimento é participada numa relação dialógica através dos quais os sujeitos sociais refazem constantemente seus saberes.

---

<sup>iii</sup> Os conceitos de estratégias e possibilidades são apresentados por Lacey (2006) demonstrando que para determinadas estratégias estão associadas as possibilidades. Podemos aferir que para o caso específico da estratégia da economia solidária teremos possibilidades de desenvolvimento de conhecimentos ligados ao projeto de emancipação social e não ao sistema de controle e reprodução social das estruturas sociais hegemônicas.

É orientada por estes princípios que a lei da economia solidária é proposta<sup>iv</sup>. Visa atender uma demanda tanto de atividades de pesquisa, de ensino, de extensão e da formação no campo da economia solidária, bem como na consolidação de ações para o fortalecimento e o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Trata-se da possibilidade de gerar ambiências de participação consistentes dos sujeitos sociais, na perspectiva de uma construção constante e contínua para a consolidação da economia solidária no Estado de Mato Grosso. As ações propostas são processos de atualização e de capacitação em termos de desenvolvimento local de políticas e de organizações que são efetivadas no Brasil e em outros países que ilustram a configuração e a interação de diversos atores e de entidades para a concretização da economia solidária

A abordagem se coloca no sentido que as organizações econômicas solidárias vão além da estrutura restrita inerente da empresa capitalista, que se propõe a organização econômica e cultural para a geração de lucros. Na economia solidária a finalidade é apreensão da formação omnilateral do ser humano.

A economia solidária é uma forma de atuação das pessoas que estão à margem dos mercados identificados pela produção e pelo consumo de produtos oriundos das relações capitalistas. Portanto, a mobilização dos agentes é para promover a inserção social e cultural, para além da diminuição das desigualdades sociais, promover a transformação das estruturas e das relações excludentes. Para tanto se faz necessário que os movimentos sociais e sindicais, as entidades educativas e as organizações políticas e culturais estejam cada vez mais presentes e ativas para criar as estruturas e as relações sociais adequadas para a geração de trabalho e renda que simbolizam a convivialidade social solidária e humanizadora.

---

<sup>iv</sup> Tivemos uma experiência importante no município de Tangará da Serra. A partir do NECOMT – Núcleo de Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho, coordenado pelo Prof. Sandro Sguarezi, foi organizado um curso de pós-graduação lato sensu e de capacitação em economia solidária para capacitar lideranças comunitárias e servidores públicos. A partir do curso foi mobilizado o Fórum Municipal da Economia Solidária, foi proposta a lei pelo vereador José Jaconias do Partido dos Trabalhadores e implantada a política pública municipal de economia solidária, foi criado o NUPES – Núcleo de Participação Social e Economia Solidária coordenado pelo sociólogo Juliano Borges. Esta organização está fortalecendo os empreendimentos econômicos solidários através de formação, financiamento, planejamento, acompanhamento e assistência técnica, basicamente com recursos da prefeitura.

Vivenciamos a questão da necessidade da superação da cultura do individualismo, da competição, do ganhar fácil no sentido de ter vantagens individuais. A cultura do não pensar o bem estar da coletividade está muito presente entre nós. A economia solidária propõe a geração de uma cultura diferente, uma concepção cultural diferenciada, e por isso ela é uma concepção filosófica e ética distinta da que é hegemônica na nossa sociedade. Este é um grande desafio que o movimento da economia solidária tem. Para atender a este desafio que é grandioso é que se justificam as políticas públicas que tenham a possibilidade de atendimento das várias dimensões que são constituintes da economia solidária.

### **Das necessidades da economia solidária**

Uma necessidade forte para a efetividade da economia solidária é compreendermos a cultura e as necessidades econômicas dos grupos sociais populares, vivenciando a realidade das comunidades<sup>v</sup>. Esta assertiva é importante porque nos faz compreender a militante Carmem de Melo que afirma haver uma lacuna entre os objetivos de projetos de transformação social e as necessidades materiais imediatas e cotidianas das pessoas. Este afastamento entre o projetado e o vivenciado é ainda reforçado pelas concepções culturais dominantes como a atitude da espera e não da participação, que são formas de expressão da reprodução das estruturas sociais excludentes. A não consciência da relação entre o significado da necessidade material e a configuração cultural é um fator de alienação e de repetição dos valores e das práticas sociais causadoras da desigualdade social e da não possibilidade da sua superação.

Avaliar as experiências dos grupos sociais em termos das tentativas e da memória foi ressaltado por Clóvis Vailant<sup>vi</sup>. Exemplificando observa como nos anos oitenta, através das Comunidades Eclesiais de Base encaminharam ações de geração de renda para a superação da pobreza num contexto do que se denominava economia popular. Reconhece

---

<sup>v</sup> Esta é uma avaliação apresentada por Carmem de Melo, militante das Comunidades Eclesiais de Base e integrante do Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso. Ela chama a atenção que já no início dos trabalhos de organização popular a avaliação era pela necessidade de ir além da distribuição de cestas de alimentos. Era preciso criar uma ambiência para a formação do povo. Esta teria que ser uma formação política e também da espiritualidade para superar a baixa auto-estima das pessoas. Em decorrência desta avaliação é que nasce a visão da organização social para a geração de trabalho e renda.

<sup>vi</sup> Clóvis Vailant é professor e integra a INCUBEES – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da UNEMAT e é membro dos Fóruns Estadual e Brasileiro da Economia Solidária.

Vailant num sentido de avaliação que a ação se dava sob uma perspectiva assistencialista, isto é, fazia-se para e não com os grupos sociais. Esta metodologia não gerava atitudes de autonomia para os indivíduos, mas reproduzia uma cultura de dependência. É a partir da avaliação dessas experiências, visualizando os erros e os acertos cometidos que a organização da economia solidária terá ações mais efetivas na atualidade para avançar na direção da emancipação social.

Quando da ação efetiva de implantação e de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários há a identificação de limites estruturais e cognitivos. Os sujeitos dos grupos sociais populares que se mobilizam e organizam atividades coletivas demonstram reconhecer situações que dificultam o avançar progressivo dos empreendimentos. E a leitura, como demonstrou a senhora Helena<sup>vii</sup>, está relacionada a questões de convivências culturais que levaram as pessoas a se quietarem frente a dominação e a exploração.

Mas ao fazer a economia solidária é necessário que haja a democracia e a participação, porque a organização é autogestionária. Mas como fazer isto se as pessoas têm medo de falar e tem a cultura da obediência? Esta pergunta, feita por Helena, é significativa porque traduz o que Freire <sup>viii</sup> denominou cultura do silenciamento. Superar o medo, o sentimento de ser incapaz de gerenciar um empreendimento, de fazer planejamento e de avaliar as atividades é um aprendizado que requer muita tolerância, mas que ao mesmo tempo é exigente na responsabilidade e no compromisso com o coletivo.

---

<sup>vii</sup> Da Associação Feminina do Assentamento Antônio Conselheiro no município de Tangará da Serra. Helena uma camponesa assentada num projeto de reforma agrária destaca a importância das políticas públicas para ajudar as pessoas a se organizarem para poder sair da linha de pobreza e do desconhecimento. Nas palavras dela: “é preciso ajudar a desenvolver o nosso natural. O nosso natural é ajudar as pessoas, mas nem sempre temos as condições [financeiras] para fazer isto”. Como ilustração destaca o curso de Pós-graduação e de Capacitação em Economia Solidária que foi desenvolvido pela Universidade do Estado de Mato Grosso no município de Tangará da Serra e que possibilitou a aprendizagem de conceitos e de metodologias de organização dos e nos empreendimentos (associações e cooperativas).

<sup>viii</sup> A propósito de Freire, a obra *Pedagogia do Oprimido* (1983) se constitui num tratado completo sobre como os oprimidos são silenciados e suas culturas colonizadas, mas ao mesmo tempo, num movimento dialético a expressão da possibilidade dialógica de superação das situações de dominação por vias dialógicas nas quais os homens e mulheres aprendem a pronunciar a palavra e a compreender o mundo, na perspectiva da denúncia e do anúncio, portanto na construção do mundo solidário.



Foi na direção de uma resposta aos desafios que são vivenciados pelos militantes da economia solidária que foram indicados os sinais da necessidade de uma política pública que crie os instrumentos<sup>ix</sup> para potencializar as iniciativas dos grupos populares. As vozes dos presentes nas audiências públicas foram na afirmação de um Estado democrático e popular capaz de gerar os meios necessários para viabilizar a economia que corresponda com os princípios da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade<sup>x</sup>.

Para a concretização de políticas públicas no campo da economia solidária faz-se necessário a apreensão dos múltiplos fatores que são constituintes das relações e das interdependências. Desta forma colocam-se as questões educacionais, científicas, do marco regulatório, do crédito, etc. Como destaca José da Paz<sup>xi</sup>, é preciso que tenhamos “sensibilidade política” para criar os mecanismos que tenham como objetivo desenvolver o sentimento de solidariedade presente nas práticas do povo. A atenção da política pública deve estar em consonância com as necessidades cotidianas enfrentadas no processo efetivo de organização popular das ações da economia solidária.

Esta assertiva demanda uma relação aberta e transparente do Estado e da sociedade, isto é, os grupos sociais devem ter domínio sobre a definição dos instrumentos e das metas a serem implantadas. A regulação e a avaliação da economia solidária, por esta

---

<sup>ix</sup> Destacamos neste sentido a intervenção de James Cabral da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, que indicou as dificuldades das associações camponesas no processo de comercialização dos produtos para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento que tem como objetivo a compra direta da produção do campo para a distribuição de alimentos para entidades filantrópicas e escolares, para tornar viável a agricultura camponesa. Destacou a importância do programa, mas ao mesmo tempo indicou que incidem impostos sobre os produtos dos camponeses comparados com índices do agronegócio. A fala foi para alertar sobre a necessidade de regulamentar a lei de forma a ser adequada para a viabilidade dos objetivos propostos.

<sup>x</sup> Por isso, além da formação técnica para capacitar os empreendedores solidários para terem domínio das técnicas de planejamento e gestão dos empreendimentos, é necessário a capacitação para a aplicação dos princípios da autogestão, reforçando conhecimentos que viabilizam a democracia. Esta necessidade está vinculada a processos de sistematização de dados, da comunicação e transparência das informações, no direito e no compromisso da participação.

<sup>xi</sup> José da Paz Floriano, camponês que integra o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos formado em pedagogia e com especialização em educação do campo. Indica a necessidade das políticas públicas de viabilizar a comercialização da produção do campo. Além da educação do campo estar atendendo às necessidades da realidade dos camponeses.

orientação, devem se dar por mecanismos que incluem os sujeitos da economia solidária como atores políticos, que influem sobre o Estado.

Para a concretização desta proposição são gestados espaços democráticos de participação como o conselho estadual de economia solidária ou os conselhos municipais<sup>xii</sup>, o fórum e a rede de educação e socioeconomia solidária. Requer-se um movimento contínuo de construção, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

### **Das possibilidades da economia solidária**

A política pública de economia solidária integra a política de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, apresentando novos conceitos e introduzindo novas matrizes de produção que permitam o reconhecimento da pluralidade das atividades econômicas existentes no território do Estado<sup>xiii</sup>. Isto significa que a política pública para a economia solidária é o reforço de uma forma peculiar de organização socioeconômica que é distinta do modelo do agronegócio que é hegemônico no sistema produtivo mato-grossense. A lei estadual é o marco legal para reforçar as ações já existentes e ao mesmo tempo um instrumento de expansão das atividades do campo da economia solidária.

Por tratarmos de uma política pública matricial apresentam-se exigências ao movimento e aos empreendimentos da economia solidária que sejam organizados sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade econômica e ambiental e da valorização do ser humano e do trabalho. Estes valores estão numa direção propositiva de uma cultura societal que vai além da organização da economia do capital da relação hierarquizada do sistema patronal, do trabalho assalariado, da cultura da obediência.

---

<sup>xii</sup> Neste sentido Neuri Senger, coordenador do Fórum de Economia Solidária de Tangará da Serra, ilustrou que este espaço é uma forma de articulação dos agentes da economia solidária e uma forma de dar continuidade as proposições e as atividades já em andamento quanto a formação na economia solidária, o acompanhamento dos empreendimentos solidários, a regulamentação das políticas públicas e a participação dos grupos sociais na proposição de ações para serem implantadas pelo Estado.

<sup>xiii</sup> Esta fala foi feita pelo deputado Alexandre César para demonstrar a inserção da política pública nas estruturas do Estado e ao mesmo tempo como processo de construção de novos referenciais. Esta relação dialética de afirmação e negação é um jogo que precisa ficar claro para aqueles que elaboram, conduzem e avaliam as políticas públicas de economia solidária, se não corremos o risco de burocratizar as relações e adaptamos as decisões e as ações aos princípios organizacionais do Estado liberal. A economia solidária é a negação deste Estado.

A economia solidária é a possibilidade da organização econômica, política, educacional e cultural dos/as sócios/as-trabalhadores/as que se auto-organizam numa perspectiva de afirmação da coletividade.

Ao se constituir como a economia do trabalho e não do capital, os sujeitos da economia solidária se colocam no campo da problematização da possibilidade da emancipação humana. Não há a aceitação da normalização fatalística das estruturas e das práticas sociais excludentes. Onde o pensamento hegemônico traduz o fim da história, as organizações sociais populares reforçam as trajetórias que viabilizam as configurações socioculturais para as convivialidades da solidariedade. É o reforço da utopia como um movimento histórico de concretização de experiências existentes, experimentadas historicamente nas comunidades eclesiais de base, nos movimentos sociais e sindicais, que são bases de aprendizagens de saberes populares solidários. Os atores destes movimentos e entidades se colocam novos desafios para aprofundar as dinâmicas organizacionais com o objetivo de ampliar o sentido da cooperação, fazendo fluir o conceito e as práticas sociais solidárias para mais campos de ação e para um conjunto maior de atores.

Para que possa ocorrer a dinâmica organizadora da economia solidária de forma articulada e no sentido de um aprofundamento cognitivo e político são indicadas a educação, a formação e a capacitação técnica para cooperação e autogestão, como ações públicas que potencializam os conhecimentos gerados nas experiências dos grupos sociais. Neste sentido, os processos educacionais não serão extraordinários, partirão sempre dos contextos vivenciados. A potencialização dos conhecimentos requer orientações epistemológicas dialógicas e participativas através das quais há uma constante reconstrução dos saberes e das experiências.

Estas dinâmicas organizacionais requerem uma concepção de ciência e de tecnologia que esteja em consonância com a perspectiva de fortalecimento de conhecimentos e de técnicas que operam na feitura da economia solidária. Consideramos que há uma necessidade de tornar competente a solidariedade, isto porque reconhecemos a existência de uma solidariedade espontânea na convivência dos grupos sociais. Há uma lacuna entre o cotidiano solidário e um econômico solidário. O segundo sentido é exigente

de conhecimentos sistematizados que não são aprendidos exclusivamente nas práticas. Ao apresentarmos a questão desta forma, e a direcionarmos para os grupos sociais populares, haveremos aferir que no seu conjunto os conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos nas universidades são inadequados para as práticas da economia solidária. O desafio é do redesenho da ciência moderna que está ligado ao desafio do redesenho da sociedade. Ao mesmo tempo em que há contradições sociais nas estruturas das sociedades, há contradições nos pensamentos científicos. Apreendemos o conceito de contradição como uma lógica histórica que traduz a possibilidade de superação da ciência como um instrumento restrito da indústria capitalista moderna. Avaliamos a ciência como uma ferramenta de construção das relações sociais solidárias.

A política pública de economia solidária deve ser compreendida de forma sistêmica. Por isso no escopo da lei há uma indicação da necessidade de articulação de ações e de instrumentos que sistematizam uma visão da relacionalidade e da interdependência de diversas dimensões. Desta forma a educação, a formação, a ciência devem estar articuladas com as ações de desenvolvimento de projetos econômicos que implicam a assessoria técnica, a organização da produção, a promoção comercial e do consumo solidário, linhas de crédito adequadas, a inovação tecnológica apropriada aos empreendimentos econômicos solidários, a incubação de novos empreendimentos, o apoio jurídico e institucional à constituição de cooperativas e empresas de autogestão, além de incentivos e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio dos empreendimentos cooperativos.

## **Conclusão**

Apreendemos que há uma correlação entre o sentido, as necessidades e as possibilidades na economia solidária. Os participantes das audiências públicas expressaram e afirmaram a economia solidária como processo de organização social para a superação das realidades sociais geradoras da exclusão social. Para tanto há a necessidade de apreender as políticas públicas de forma sistêmica que englobam simultaneamente as dimensões da educação, formação, assistência técnica, do crédito, das infra-estruturas para a produção, a comercialização e o consumo.

As interferências traduziram a possibilidade da constituição de um Estado democrático e popular com espaços participativos e que atendam direta e objetivamente às necessidades dos grupos sociais e das comunidades. Esta assertiva está associada com a afirmação da autonomia dos grupos sociais, e, portanto a construção de políticas públicas como ambiência de construção da economia solidária, com o objetivo de abranger de forma articulada as muitas coisas que são necessárias serem feitas para a convivialidade solidária.

## Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 19983.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá e SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LACEY, Hugh. A ciência e o bem-estar humano: para uma nova maneira de estruturar a atividade científica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre a ciência” revisitado. São Paulo: Cortez, 2006. p. 471-493.

Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología: “Latinoamérica interrogada: Depredación de Recursos Naturales, Democracia Participativa, Escenarios Productivos y Construcción de Conocimiento.”

GT18 - SESION ASOCIADA ECONOMIA SOCIAL – Tema 3. Los actores/sujetos de la Economía Social y Solidaria